

BIBLIOTECA



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Newsletter Biblioteca • Publicação trimestral • n.º 1 • ano XI • janeiro 2018

Bibliotema

Autonomia financeira e a contabilidade dos Bancos Centrais

Os bancos centrais são entidades únicas, de interesse público e, por regra, sem fins lucrativos, podendo até incorrer em perdas se de tal resultar um benefício comum para o país. Apesar da sua finalidade pública, a gestão de um banco central é quase sempre independente do Estado. As operações e os instrumentos de política monetária são específicos dos bancos centrais e entidades equiparadas. A sua missão e obrigações/responsabilidades não encontram paralelo em nenhuma outra atividade, pelo que até mesmo em termos de enquadramento legal é difícil equipará-los a outras instituições.

Decorre daí que o normativo contabilístico seguido por um banco central seja também específico. Os normativos contabilísticos internacionais (IFRS/IAS) e nacionais não são desenhados para nenhuma atividade em particular e pretendem ser abrangentes de forma a poderem ser adotados pela generalidade das organizações.

No caso de um banco central, são vários os exemplos em que os IFRS/IAS não se adequam à sua realidade. Acresce que, em diversas situações, não só as normas não se adequam à realidade de um banco central, como a sua adoção conflitua com os objetivos da sua atividade, pelo que, mesmo os bancos centrais com um enquadramento contabilístico próximo dos IFRS/IAS contemplam situações de exceção, como é exemplo a constituição e movimentação de provisões genéricas ou a elaboração de divulgações com menor detalhe de informação.

Os Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) estabelecem, no seu artigo 24º, número 4 que '(...) o Conselho do BCE fixará as regras necessárias para a uniformização dos processos contabilísticos e das declarações das operações efetuadas pelos bancos centrais nacionais'. Ao nível do Eurosistema foi estabelecido um normativo próprio harmonizado, uma vez que, como referido, os IFRS/IAS não poderiam ser adotados na sua totalidade. Neste sentido existe uma Orientação Contabilística que estabelece as regras contabilísticas obrigatórias aplicáveis aos bancos centrais dos países da zona euro nas suas atividades principais. Para o BCE, foi desenvolvida uma Decisão própria, semelhante à Orientação Contabilística, mas que atende às suas especificidades.

Índice

Bibliotema •
Autonomia financeira e a
contabilidade dos Bancos
Centrais | 1 · 4

Destaques | 5

Novos recursos
de informação | 6 · 8

Análise de recursos
eletrónicos" | 9

Exposição "10 anos de crise
financeira" | 9

Conversas na Biblioteca | 10

Embora baseada nos conceitos, princípios e pressupostos contabilísticos dos IFRS/IAS, a Orientação Contabilística foi concebida tendo em consideração as necessidades particulares dos bancos centrais nacionais do Eurosistema, com destaque para as questões prudenciais, em que se inclui o reconhecimento assimétrico de resultados não realizados, e contemplando as situações únicas relativas à partilha de riscos e rendimentos relacionados com operações de política monetária.

No caso concreto do Banco de Portugal (Banco), o enquadramento contabilístico encontra-se definido no Plano de Contas do Banco de Portugal (PCBP). O PCBP, produzido pelo próprio Banco e aprovado pelo Ministro das Finanças, conforme previsto na Lei Orgânica do Banco de Portugal, assenta em dois normativos base:

- I. A Orientação Contabilística, em que se adotam as regras obrigatórias aplicáveis para o tratamento das atividades principais de banco central e as regras facultativas recomendadas para as participações financeiras; e
- II. Orientações técnicas relativas a reconhecimento e mensuração dos IFRS/IAS, desde que expressos no PCBP, para as restantes atividades, que serão aplicadas sempre que as mesmas não conflituam com (i) as normas obrigatórias previstas na Orientação Contabilística; (ii) o espírito e lógica conceptual desta Orientação; (iii) as disposições legais aplicáveis ao Banco de Portugal; (iv) o próprio PCBP ou (v) o papel específico de banco central.

As diferenças mais relevantes entre os normativos contabilísticos do Banco e os normativos internacionais são as seguintes: (a) o tratamento assimétrico no reconhecimento de resultados não realizados; (b) a possibilidade de reconhecer provisões para riscos gerais futuros; e (c) as limitações resultantes da sua função de banco central na divulgação das suas operações.

O tratamento assimétrico de resultados não realizados caracteriza-se desta forma: durante o ano, os resultados potenciais são registados em contas de diferenças de reavaliação de balanço, sendo que, em final de ano, as mais-valias não realizadas mantêm-se em balanço, enquanto as perdas não realizadas são reconhecidas em resultados, na parte que exceda anteriores ganhos não realizados registados em contas de diferença de reavaliação; as perdas não realizadas não podem ser revertidas em anos subsequentes e não pode haver compensação entre as perdas não realizadas em qualquer título, moeda ou ouro, com ganhos não realizados em outros títulos, moeda ou ouro. Com este tratamento assegura-se a não distribuição por via de dividendos de ganhos não realizados, prevenindo-se que em casos de desvalorização posterior dos ativos respetivos, não seja necessária uma recapitalização. É um sistema mais prudente que o preconizado pelos IFRS/IAS.

Relativamente às provisões genéricas, não existe um tratamento contabilístico harmonizado ao nível do Eurosistema, uma vez que, dados os diferentes enquadramentos legais existentes em cada país, os diferentes acordos com os detentores do capital e as diferentes responsabilidades que estão assignadas a cada um, se considerou mais adequado deixar ao critério de cada banco central, de acordo com as suas leis nacionais e os seus estatutos, a definição do seu próprio normativo relativamente a esta matéria. No entanto, face ao aumento significativo dos riscos de balanço dos bancos centrais, incluiu-se em 2012 na Orientação Contabilística uma recomendação para a constituição de provisões genéricas, sendo os critérios para a sua fixação definidos pelos próprios bancos centrais. O Banco segue o preconizado na sua Lei Orgânica que, no seu artigo 5º, refere que pode o Conselho de Administração criar reservas e provisões para cobrir riscos a que determinadas espécies de valores ou operações estejam particularmente sujeitos.

Em termos de divulgações, para as atividades principais de banco central, o Banco segue como referência um documento produzido ao nível do Eurosistema, denominado *Compilation of agreed recommended harmonised disclosures for the EBC's*

and NCB's annual accounts, onde são recomendadas as divulgações relativas às operações e instrumentos normalizados pela Orientação Contabilística do BCE e documentos relacionados. Para as restantes atividades é o próprio PCBP que estabelece a informação mínima a divulgar.

O capital dos bancos centrais é, na maior parte dos casos, detido pelos Estados dos respetivos países. É o que acontece no caso nacional, onde o único detentor do capital do Banco é o Estado português. No entanto, esta relação 'societária' entre Estado e o Banco não é comparável às existentes no mundo empresarial, onde o detentor de capital tem, regra geral, poder sobre as decisões tomadas pela gestão das entidades participadas.



De acordo com a Lei Orgânica do Banco de Portugal, 'A designação do Governador é feita por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças (...) e os restantes membros do Conselho de Administração são designados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Governador (...). No entanto, '(...) gozam de independência (...), não podendo solicitar ou receber instruções das instituições comunitárias, dos órgãos de soberania ou de quaisquer outras instituições'. Esta independência, também consagrada no artigo 7º dos Estatutos do SEBC/BCE, é aplicada à atividade do Banco no desempenho de todas as suas atribuições e envolve a capacidade de se organizar internamente e de se dotar dos meios necessários para assegurar a plena realização dos seus fins.

O enquadramento contabilístico definido e aplicado pelo Banco tem em consideração este aspeto da independência financeira, expresso, essencialmente e como anteriormente referido, na capacidade de constituição de provisões genéricas – no caso concreto, a Provisão para riscos gerais - e no reconhecimento assimétrico de resultados não realizados.

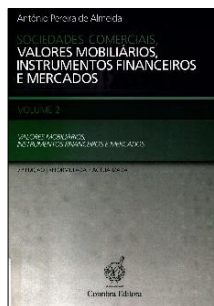
Em conclusão, por todas as razões expostas anteriormente, o Banco, assim como os restantes bancos centrais da zona euro, tem necessidade de ter um enquadramento contabilístico próprio, divergente dos normativos contabilísticos geralmente aceites. No entanto, este enquadramento próprio, que difere dos standards internacionais apenas no ditado pelas especificidades de se tratar de um banco central, não compromete os objetivos inerentes à preparação das demonstrações financeiras em geral, nomeadamente dar informação às entidades interessadas, incluindo o Estado, sobre a posição, o desempenho e as decisões financeiras tomadas, permitindo a compreensão da atividade do Banco.

As demonstrações financeiras de um banco central são uma parte importante da accountability e da transparência, uma vez que os bancos centrais têm um papel muito significativo na economia, sendo possível ver refletidas nestas demonstrações decisões de política monetária como é exemplo o crescimento do balanço como resposta à última crise financeira. Têm a capacidade de criar ou comprometer a credibilidade da instituição, sendo que a apresentação de uma posição fragilizada de um banco central pode ter um impacto negativo no contexto económico do país.

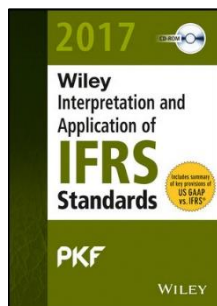
Bibliotema • Lista bibliográfica selecionada

Livros

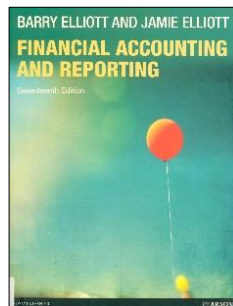
ALMEIDA, António Pereira de
Sociedades comerciais,
valores mobiliários,
instrumentos financeiros e
mercados
Coimbra: Coimbra Editora, 2013.
248 p.
ISBN: 978-972-32-2191-6



BAKKER, Erwin *et al.*
Interpretation and
application of IFRS
standards
Hoboken: John Wiley & Sons,
2017. 1010 p.
ISBN: 978-1-119-34022-5



ELLIOTT, Barry; ELLIOTT, Jamie
Financial accounting and
reporting
Harlow: Pearson Education, 2015.
855 p.
ISBN: 978-1-292-08050-5



SILVA, Eduardo Sá
IFRS9 instrumentos
financeiros: introdução às
regras de reconhecimento
e mensuração
Porto: Vida Económica, abr 2017.
79 p.
ISBN: 978-989-768-345-9



Artigos e documentos de trabalho

ARCHER, David; MOSER-BOEHM, Paul
Central bank finances
BASEL: BIS. Monetary and Economic
Department, APR 2013, 89P.

European Central Bank
Convergence report: June 2016
Frankfurt: ECB, Jun 2016, 208P.

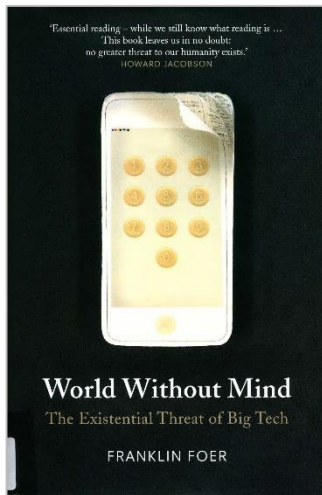
BHOLAT, David; DARBYSHIRE, Robin
Accounting in central banks
Staff Working Paper; 604, 23P.

ISIDRO, Helena; PAIS, Cláudio
The role and current status of IFRS in
the completion of national accounting
rules: Evidence from Portugal
Accounting in Europe, P.164-176, V.14, N°1/2.

CHIDAWAYA, Lott; BAJAJ, Amit; E outros
Applying IFRS 9 to central banks
foreign reserves
World Bank Working Paper; 102852, 15P.

POZEN, Robert C.
Is it fair to blame fair value accounting
for the financial crisis?
Harvard Business Review, P.85-92, V.87, N° 11

Novidades • Destaques



FOER, Franklin

World without mind: the existential threat of big tech

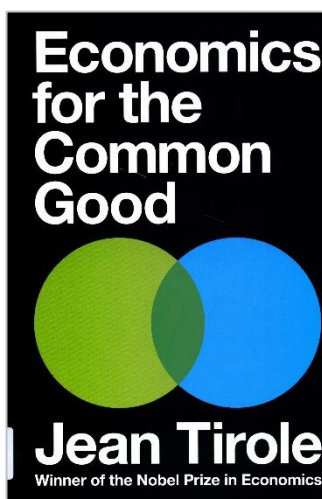
London: Jonathan Cape. 257 p.
ISBN 978-1-787-33028-3

A crescente influência das empresas tecnológicas, particularmente as que compõe o grupo GAFA (Google, Apple, Facebook e Amazon), tem servido de base para diversas análises, focadas, quer nos benefícios que a curto prazo a revolução tecnológica nos proporcionará, quer nos riscos que geralmente acompanham qualquer mudança.

Nesta obra, Franklin Foer aborda uma ameaça ao modelo de sociedade atual que se materializa à medida que estes grupos, através do acesso a uma quantidade de informação pessoal nunca antes possível, vão condicionando, sob o mote de uma democratização total do acesso à informação, a experiência cultural de cada cidadão, através de processos que selecionam a informação a apresentar e as escolhas a fazer.

Tirando partido de uma posição dominante, atendendo à sua dimensão e interligação, e sabendo que se tratam de grupos privados que procuram o lucro, o autor questiona até que ponto não estão, os cidadãos, a confiar a estas instituições mais do que deviam.

Toda a informação, desde a notícia a destacar até ao produto a publicitar, passando pela sugestão de um grupo na rede social é constantemente filtrada por algoritmos que não são neutros ou isentos e, na opinião de Foer, isso não só é contrário aos princípios de liberdade de escolha, como representa uma ameaça à própria evolução humana.



TIROLE, Jean

Economics for the common good

New Jersey: Princeton University Press, 2017,
563P.
ISBN: 978-0-691-17516-4

Jean Tirole venceu em 2014 o Prémio Nobel de Economia pelo seu trabalho de “análise do poder e regulação dos mercados” e é considerado um dos economistas mais influentes do nosso tempo.

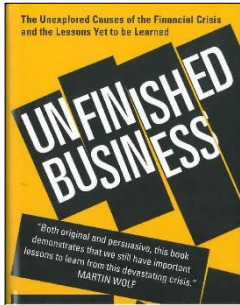
No livro “Economics for the common good”, Jean Tirole aborda uma vasta gama de temas relacionados com o bem-estar económico e defende que a economia não deverá ser uma ciência sombria mas sim uma força positiva que deve agir com o objetivo do bem comum.

O livro está dividido em cinco partes onde são abordados diversos temas. Primeiramente é retratada a relação entre a sociedade e a economia assim como a relevância e o contributo do

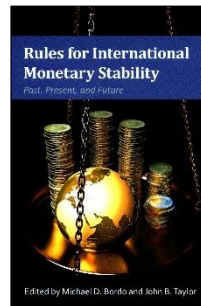
trabalho de investigação de um economista para a sociedade. Posteriormente, são abordados alguns dos grandes desafios macroeconómicos que têm sido palco de grande reflexão e discussão, como as mudanças climáticas, os desafios do mercado de trabalho e a crise do euro. A última parte do livro é dedicada a um conjunto de questões microeconómicas relacionadas com a industrialização, como a política industrial, o sector da regulação e os desafios sociais impulsionados pela revolução digital e inovação.

Um livro essencial a todos os que pretendem compreender melhor como funciona o atual sistema económico mundial e quais os principais desafios que hoje enfrentamos.

Novos recursos de informação



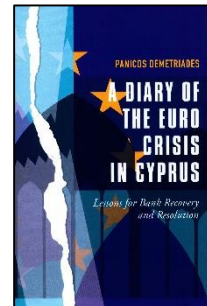
BAYOUMI, Tamim A.
 Unfinished business: the unexplored causes of the financial crisis and the lessons yet to be learned
 New Haven: Yale University Press, 2017. 286p..
 ISBN: 978-0-300-22563-1



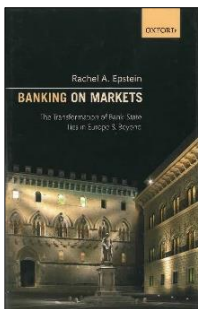
BORDO, Michael D., ed. lit.; TAYLOR, John B., ed. lit.
 Rules for international monetary stability: past, present and future
 Stanford: Hoover Institution Press, 2017. 368p..
 ISBN: 978-0-8179-2054-8



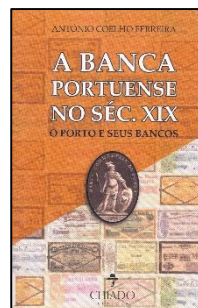
CORDEIRO, António Barreto Menezes, coord.; OLIVEIRA, Ana Perestrelo de, coord.; DUARTE, Diogo Pereira, coord.
 FinTech: desafios da tecnologia financeira
 Coimbra: Almedina, set 2017. 328p..
 ISBN: 978-972-40-7091-9



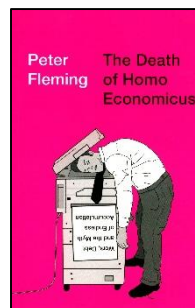
DEMETRIADES, Panicos
 A diary of the euro crisis in Cyprus: lessons for bank recovery and resolution
 Leicester: Palgrave Macmillan, 2017. 215p.
 ISBN: 978-3-319-62222-4



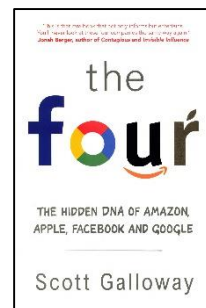
EPSTEIN, Rachel A.
 Banking on markets: the transformation of bank-state ties in europe & beyond
 Oxford: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2017. 214p.
 ISBN: 978-0-19-880996-8



FERREIRA, António Coelho
 A banca portuense no século XIX: o Porto e seus bancos
 Lisboa: Chiado Editora, mai 2017. 459p.
 ISBN: 978-989-774-389-4

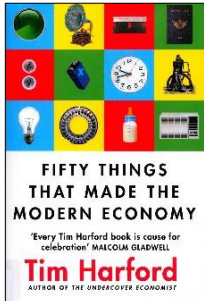


FLEMING, Peter
 The death of homo economicus: work, debt and the myth of endless accumulation
 London: Pluto Press, 2017. 314p.
 ISBN: 978-0-7453-9940-9



GALLOWAY, Scott
 The four: the hidden DNA of Amazon, Apple, Facebook and Google
 Londres: Bantam Press, 2017. 310p.
 ISBN: 978-0-593-07789-4

Novos recursos de informação



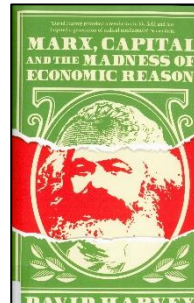
HARFORD, Tim

Fifty things that made the modern economy

London: Little, Brown, 2017.

343p.

ISBN: 978-1-4087-0911-2



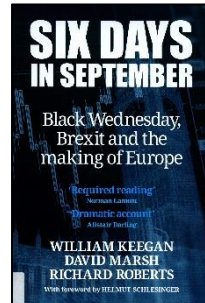
HARVEY, David

Marx, capital and the madness of economic reason

London: Profile Books, 2017.

236p.

ISBN: 978-1-78125-874-3

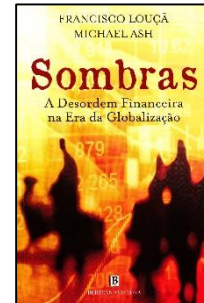


KEEGAN, William; MARSH, David; e outro

Six days in September: Black Wednesday, Brexit and the making of Europe

London: OMFIF-Official Monetary and Financial Institutions Forum, 2017. 176p.

ISBN: 978-0-99556363-6

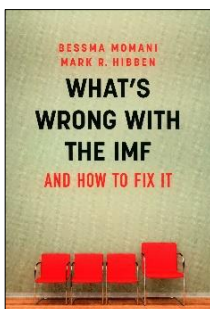


LOUÇÃ, Francisco; ASH, Michael

Sombras: a desordem financeira na era da globalização

Lisboa: Bertrand Editora, 2017. 598p

ISBN: 978-972-25-3461-1



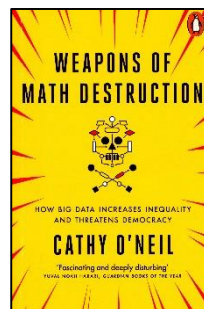
MOMANI, Bessma; HIBBEN, Mark R.

What's wrong with the IMF and how to fix it

Cambridge: Polity Press, 2018.

264p..

ISBN: 978-1-5095-0967-6



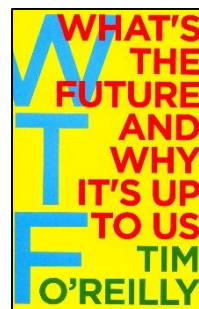
O'NEIL, Cathy

Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy

London: Penguin Books, 2017.

259p.

ISBN: 978-0-141-98541-1

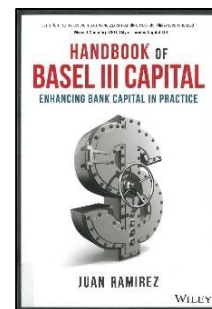


O'REILLY, Tim

WTF? What's the future and why it's up to us

London: Random House Business Books, 2017. 419p.

ISBN: 978-1-847-94185-5



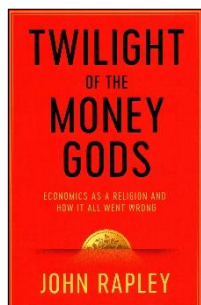
RAMIREZ, Juan

Handbook of Basel III capital: enhancing bank capital in practice

Chichester: Wiley, 2017. 544p.

ISBN: 978-1-119-33082-0

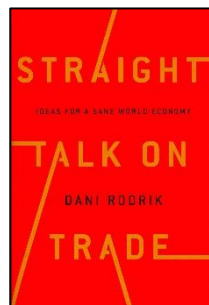
Novos recursos de informação



RAPLEY, John

Twilight of the money gods: economics as a religion and how it all went wrong

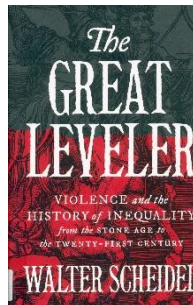
London: Simon and Schuster, 2017. 468p.
ISBN: 978-1-4711-5274-0



RODRIK, Dani

Straight talk on trade

New Jersey: Princeton University Press, 2018. 316p.
ISBN: 978-0-691-17784-7



SCHEIDEL, Walter

The great leveler: violence and the history of inequality from the stone age to the twenty-first century

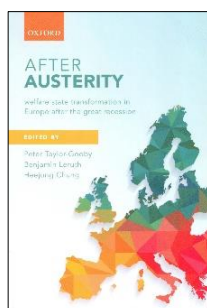
Princeton: Princeton University Press, 2017. 504p.
ISBN: 978-0-691-16502-8



STIGLITZ, Joseph E.

A economia mais forte do mundo: um plano para revitalizar a economia americana e promover a prosperidade global

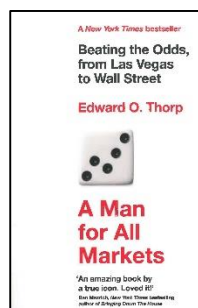
Lisboa: Bertrand, set 2017. 255p.
ISBN: 978-972-25-3347-8



TAYLOR-GOOBY, Peter, ed. lit.; LERUTH, Benjamin, ed. lit.; e outro

After austerity: welfare state transformation in Europe after the Great recession

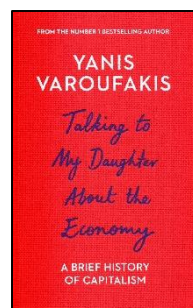
Oxford: Oxford University Press, 2017. 229p.
ISBN: 978-0-19-879027-3



THORP, Edward O.

A man for all markets: beating the odds, from Las Vegas to Wall Street

London: Oneworld Publications, 2017. 396p.
ISBN: 978-1-78607-197-2



VAROUFAKIS, Yanis

Talking to my daughter about the economy: a brief history of capitalism

London: The Bodley Head, 2017. 209p.
ISBN: 978-1-847-92444-5



WHYMAN, Philip B.; PETRESCU, Alina I.

The economics of Brexit: A cost-benefit analysis of the UK's economic relationship with EU

Cham: Palgrave Macmillan, 2017. 384p.
ISBN: 978-3-319-58283-2

Análise de recursos eletrónicos

Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos

<http://www.cemla.org/>

O Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (CEMLA), criado em 1952, tem como propósito promover a troca de informação e conhecimento entre autoridades monetárias, maioritariamente da América Latina e Caraíbas.

Para isso, realiza seminários e conferências, em conjunto com outros

intervenientes no sistema financeiro mundial – o Banco de Portugal coorganizou em maio de 2016 uma iniciativa em Lisboa – sobre temas associados à atividade dos bancos centrais, e disponibiliza programas de assistência e formação técnica aos seus membros, destacando-se, áreas como a dívida pública ou as remessas.

No mesmo âmbito, este instituto possibilita o intercâmbio de profissionais entre os seus membros. O CEMLA é também responsável pela



produção de vários periódicos (“Boletim”, “Monetaria”), bem como documentos de trabalho nos domínios da política monetária, finanças e banca, com especial enfoque em economias latino-americanas e caribenhas. Estes conteúdos estão disponíveis para consulta *online*.

Exposição “10 anos de crise financeira”

Biblioteca do Banco de Portugal

A Biblioteca do Banco de Portugal assinala a passagem dos 10 anos desde o início da crise financeira, evento com raízes em anos anteriores mas que, após a falência de um grande banco norte-americano em 2008, desencadeou uma crise que marcou o mundo.

A partir do dia 4 de janeiro, terá lugar na Biblioteca uma exposição que destaca alguns dos acontecimentos mais relevantes destes últimos 10 anos, complementada com um conjunto de livros pertencentes ao acervo documental do Banco, disponíveis para consulta ou requisição.



Conversas na Biblioteca

Professora Sofia Santos na Biblioteca do Museu do Dinheiro

No passado dia 9 de novembro, a Biblioteca do Museu do Dinheiro acolheu a 5ª edição da iniciativa “Conversas na Biblioteca” que teve como convidada especial a Professora Sofia Santos.

Atualmente a exercer o cargo de Secretária Geral do BCSD Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), Sofia Santos é licenciada e mestre em economia, e doutorada em gestão pela Middlesex University de Londres. Detentora de uma vasta experiência profissional, já exerceu funções em diversas empresas, entre as quais, Merrill Lynch, Bloomberg e INE.

Esta Conversa teve como pano de fundo o livro “Introdução à Economia Verde” no qual Sofia Santos apela à necessidade de reorientar a atual economia de crescimento através da reformulação de políticas que abordem diretamente as questões da sustentabilidade e do ambiente.

A atualidade da temática abordada e o foco em conceitos que permanecem ainda em larga medida desconhecidos despertaram a curiosidade do público, numa conversa que procurou consciencializar a audiência para a importância de considerar o equilíbrio da humanidade e do ambiente nas decisões financeiras.

Após dois anos de edições realizadas na Biblioteca do Museu do Dinheiro, chega agora o momento de a iniciativa

“Conversas na Biblioteca” adotar um novo espaço e alargar o seu leque de temáticas abordadas. Já a partir da próxima edição, as “Conversas na Biblioteca” passarão a ter lugar no Espaço Multiusos do Edifício Portugal e, numa versão renovada, continuarão a contar com a presença de algumas das figuras que inspiram a cultura portuguesa.



Biblioteca

Mais de 70 000 monografias

Mais de 1500 títulos de periódicos

Recursos eletrónicos

Relatórios e contas

Instruções do Banco de Portugal

Legislação nacional e comunitária

Coleção de obras impressas entre os sécs. XVII e XIX

Obras editadas pelo Banco de Portugal

Pesquisas efetuadas por especialistas

Acesso à Internet

Sala de Leitura

R. Francisco Ribeiro, 2

1150-165 Lisboa

Entrada livre

De 2.ª a 6.ª feira

9h00 – 16h00

(entrada até às 15h00)

T +351 213 130 626

F + 351 213 128 116

biblioteca@bportugal.pt